

SOBRE UMA MEMÓRIA SEM SUJEITO!?

Michele SCHMITT
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, mestrado)
(micheleschmitt@gmail.com)

É grande esta força da memória, imensamente grande, ó meu Deus. É um santuário infinitamente amplo. Quem o pode sondar até o profundo? Ora esta potência é própria do meu espírito e pertence à minha natureza. Não chego, porém, a apreender todo o meu ser. Será porque o espírito é demasiado estreito para se conter a si mesmo? Então onde está o que de si mesmo não encerra? Estará fora e não dentro dele? Mas como é que o não contém? (Santo Agostinho, 1990, p.249)

O objetivo do presente texto é explorar dois aspectos da citação supramencionada: (1) a memória entendida enquanto uma potência própria à interioridade do homem; (2) a memória pensada enquanto representação da opacidade subjetiva. Além disso, em (3), pretendemos problematizar discursivamente as duas primeiras asserções.

1. Sujeito, memória e razão

Sob a perspectiva agustiniana, a memória desempenha uma função primordial em relação ao pensamento. Ela encerra, em nosso interior, o conhecimento que, ao ser recordado, é reunido. Desta subtração à dispersão, a qual se denomina *colligenda*, que advém o ato de pensar (*cogitare*) (Santo Agostinho, *ibid.*). Subjaz, neste elo estabelecido entre a memória e a interioridade, o pensamento, o uso da razão.

A vinculação desta capacidade ao sujeito passa a figurar, com a época da Renascença, na forma de um postulado sob o qual se organiza a sociedade e a ciência. Postulado este muito conhecido ainda hoje: *Penso logo existo*. O fato de pensar faz o sujeito existir, ou seja, a razão vem a constituir o sujeito.

Nas palavras de Morin (2005, p.24),

essa razão [...] tornar-se-á soberana ao longo do século XVIII francês [...] essa racionalidade construirá [...] a idéia de um universo totalmente acessível ao racional, assim como a concepção de uma humanidade guiada pela Razão.

O homem, dessa forma, é pensado como lugar de racionalidade e, por conseguinte, dotado de poder para dominar a si mesmo e a natureza. Este poder é manifestado sob a égide da ciência que conduz ao conhecimento verdadeiro e ao progresso.

Ao longo do século XIX, com o avanço das ciências, com a constituição das ciências humanas e com a consolidação do pensamento positivista, herdeiro do iluminismo, reafirma-se a eficácia, na forma de progresso, do par científico homem-razão.

No século XX, inversamente, esta tradição humanista, antropocêntrica, tem suas estruturas abaladas por eventos como a Primeira e a Segunda Guerra mundial. A concepção da bomba atômica pela ciência, por exemplo, faz com que os ideais de progresso sejam questionados, pois a razão volta-se contra o próprio homem (Morin, op.cit.).

Do humano ao pós-humano, do humanismo ao anti-humanismo. O mundo pós-guerra leva a uma descrença no que o humanismo renascentista e no que o iluminismo tanto haviam valorizado – o antropocentrismo e o racionalismo.

A cibernética, fundada em 1946, constitui-se como um movimento que desvaloriza os postulados humanistas. As atrocidades praticadas pelos homens na Segunda Guerra mundial representam motivos fortes para se pensar que a máquina é melhor do que o homem. Um dos principais projetos da cibernética consiste, então, em conceber máquinas inteligentes que assumam o papel do homem na gestão da sociedade (Lafontaine, 2004).

Com a concepção de máquinas inteligentes, a razão passa a ser uma atividade passível de ser concebida exteriormente ao homem, pois ela é transferida de um suporte biológico a um suporte técnico, o que, segundo Lafontaine (op.cit.), se torna possível pela presença de uma estrutura reprodutível do tratamento da informação: a memória. Esta torna-se, com a cibernética, um dispositivo de estocagem que possibilita as trocas informacionais entre máquinas em interação.

Pensando a linguagem como um instrumento de comunicação, um conjunto de combinações formais que serve para a troca de mensagens, o sujeito passa a ser pensado apenas como um depositário de linguagem, passível de ser substituído por qualquer outro suporte que possa atuar enquanto um emissor ou um receptor.

A linguagem é despossuída dos sujeitos, no sentido de que estes são pensados enquanto participantes intermediários de uma corrente contínua de trocas de mensagens (Lafontaine, op. cit.). A linguagem vem a perder então seu caráter de atividade humana, ao estender-se à máquina.

A linguagem, nessa perspectiva, é, sobretudo, forma, pois, esta vem a assumir um papel preponderante sobre o sentido. Por isso, as máquinas inteligentes podem ser pensadas enquanto seres de linguagem. Elas passam a tomar a forma do sujeito ideal de linguagem na sociedade, pois, segundo este ponto de vista, operariam sem falhas, em um reino de pleno entendimento, o qual não poderia ser experienciado pelos homens.

Razão e memória passam a ser percebidas não mais somente enquanto potencialidades da interioridade subjetiva, mas como passíveis de serem objetivadas em máquinas, e, portanto, dessubjetivadas. Estas qualidades, de acordo com a cibernética, funcionariam com mais eficácia nas máquinas do que nos homens.

2. Sujeito e incompletude

Os questionamentos feitos por Santo Agostinho no que diz respeito à sua inquietação em relação à impotência em apreender inteiramente o seu próprio ser sugerem que, na hipótese de *o espírito ser demasiado estreito para conter a si mesmo*, haveria a possibilidade de existir um exterior desconhecido que o contivesse. Este desconhecimento é revelador da opacidade interna do sujeito, que, na perspectiva agustiniana, só seria conhecida por Deus.

No início do livro décimo, apresenta-se a confissão do desconhecimento do homem por si mesmo e, inversamente, do conhecimento deste por Deus. Nas palavras do santo (1990, p.240),

Para Vós, Senhor, a cujos olhos está patente o abismo da consciência humana, que haveria em mim oculto, ainda que Vo-lo não quisesse confessar? Poder-Vos-ia ocultar a mim mesmo, mas não poderia esconder-me de Vós.

O homem, ao voltar-se sobre si mesmo, revela-se incompleto, pois não consegue ir ao encontro da integridade do seu ser. Torna-se necessário suprimir a sua falha com algo exterior a si. No encontro com Deus.

Com o Renascimento e mais fortemente com o iluminismo, o homem constitui-se como o continuador da obra divina. Não é mais Deus que confere a completude à sua criatura, mas o próprio homem que, por sua vez, assume o papel de criador, inventando, por meio do uso da razão, aquilo de que necessita para preencher suas faltas.

Inversamente, como viemos dizendo, no século XX, o uso da razão acaba se voltando contra o homem, ao levar à sua própria destruição. A máquina, dessa forma, paradoxalmente, vem a assumir um lugar possível de humanização. Do encontro do homem com Deus, do encontro do homem com ele mesmo, sobrepõe-se o seu encontro com a máquina.

3. Por uma reflexão discursiva sobre a relação homem e máquina

A idéia de pós-humanismo procede de uma amnésia sócio-histórica que tem sua fonte na transferência cibernética da memória ao interior da máquina. Tudo isso não passa de uma pura metáfora, mas a metáfora está em marcha (...). (Lafontaine, 2004, p. 219).

Uma amnésia sócio-histórica, compartilhando do ponto de vista de Lafontaine, constitui-se, para nós, como um fator importante das condições de produção que configuraram a concepção de máquinas inteligentes. Sem este esquecimento talvez não fosse possível conceber um projeto cibernético em que a memória e a linguagem são entendidas fora da história, uma vez que são, do sujeito, exteriorizadas.

Não diríamos que agora estamos vivendo em um momento em que o histórico é apagado, pois *tudo isso não passa de pura metáfora*, mas não podemos perder de vista que esta *metáfora está em marcha*, quer dizer, talvez o que Pêcheux afirma em “Ler o arquivo hoje”. Em nossas palavras, torna-se necessário pensarmos, no contexto das novas tecnologias, na nova relação que

se estabelece entre os sujeitos e a memória histórica, pois esta relação implica uma outra memória – *a memória metálica* (Orlandi, 1996).

A partir dessas reflexões, uma das questões que permanece é a de como entender um sujeito histórico assujeitado a uma memória histórica. Em outras palavras, como entender, de um lado, um sujeito-navegador que atribui sentidos e inaugura gestos de leitura e interpretação a partir de uma memória histórica que não está-lá (Romão, 2004. p.43) e, de outro lado, um sujeito assujeitado à oferta imediata e ilimitada feita pela Internet, que, por caracterizar-se dessa forma, antecipa-se ao gesto de leitura do sujeito submetido a determinações históricas, ideológicas e sociais (Gallo, 2004, p.53)?

Dessa forma, “está imposta a urgência de investigar o lugar desse sujeito-digital e a tessitura textual na qual ele (se) borda, costura e prende nos pontos da rede, ancorando-se em links, deslocando-se de modo imprevisível e construindo efeitos de sentido” (Romão, 2004, p.42). É sobre a relação da memória histórica, a qual possui uma relação de imanência com os sujeitos, com a memória metálica, à qual estes sujeitos, atualmente, também têm se assujeitado, que nos têm sido postas diversas questões.

Referências

GALLO, Solange. L. Plágio na Internet. In: MORELLO, R. (org.). *Giros na cidade*. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2004. p. 47-55.

LAFONTAINE, Céline. *L'empire cybernétique*. – Des machines à penser, à la pensée machine. Paris: Seuil, 2004.

MORIN, Edgar. Para além do iluminismo. *Famecos*, Porto Alegre, número 26, p. 24-28, abril 2005.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1994.

ROMÃO, Lucília M. S. Na teia eletrônica, fragmentos da memória. In: MORELLO, R. (org.). *Giros na cidade*. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2004.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 12.ed. Lisboa: Apostolado da Imprensa, 1990.